

MERCADOS PARA AGRICULTURA FAMILIAR EM TERRITÓRIO DA PECUÁRIA GAÚCHA: MUNICÍPIO DE ALEGRETE, RS

Caroline Venes de Oliveira – UFSM
carol_venes@yahoo.com

Vera Maria Favila Miorin – UFSM

Ediane Girardi Viera – UFSM

Flamarion Dutra Alves – UFSM

Michele Lindner - UFSM

A proposta de abordar as questões que envolvem uma das regiões mais emblemáticas do estado do Rio Grande do Sul se deve a busca do entendimento e construção de possíveis soluções para a reestruturação de uma realidade extremamente complexa e possuidora de características simbólicas definidas, em grosso modo, pela dimensão espacial, pela fragilidade de seus recursos naturais, pelas heranças históricas e tradições cultuadas que influenciam no modo de vida determinando rumos a sua configuração socioeconômica complexa e heterogênea. Portanto, qualquer plano para resgatar processos dinâmicos deverá considerar o nível dessa magnitude que os desafia.

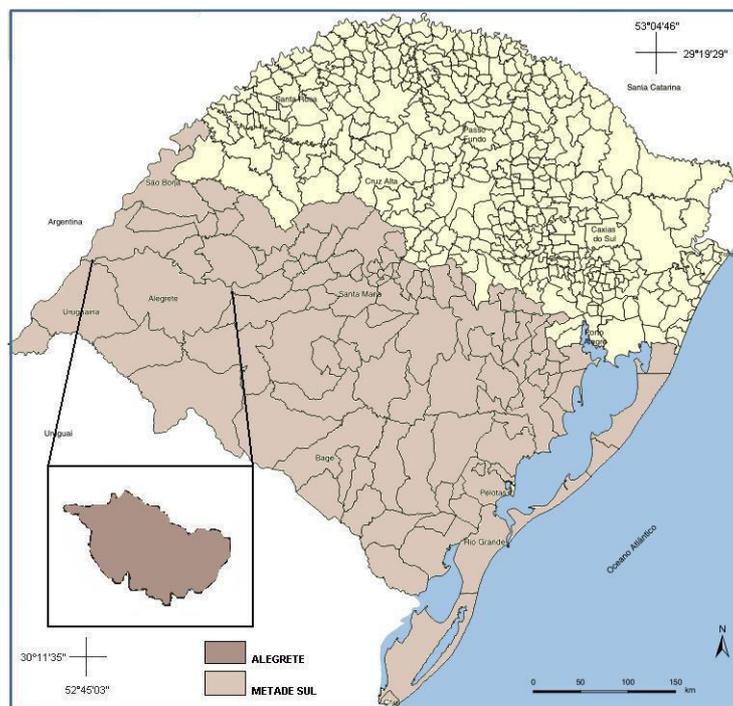
No momento em que se voltam as discussões de sempre, referentes aos problemas das disparidades de desenvolvimento regional do estado do Rio Grande do Sul, renasce o debate sobre os planos, as estratégias, as ações e, como não poderia deixar de ser, das políticas que serão postas em ação em nível macro até micro regional, desigualdades socioeconômicas existentes entre as mesorregiões do Estado, quando se estabelecem comparações entre aquelas localizadas ao sul e sudoeste com as situadas ao norte do território gaúcho. O Plano de Reestruturação Econômica das Mesorregiões situadas na Metade Sul, definida como espaço regional inserido na fronteira brasileira com o Uruguai e Argentina, refere-se a ações sobre a inércia que inibe a capacidade regional de manter ritmos dinâmicos em suas economias. Isto vem correndo desde o final da Segunda Grande Guerra, mas que, nas últimas décadas, principalmente a partir de meados da década de 80, acentuaram seus processos que se tornam cada vez mais visíveis, pois as diferenças tendem a aumentar e a medida em que uma parte do Estado acelera sua capacidade produtiva, acelerando, também, sua reprodução social e econômica distanciando-se das demais partes, que não apresentam o mesmo ritmo. Dessa forma elas se mostram desarticuladas, estagnadas e inertes. É evidente que tais diferenças não atestam apenas as aparências visíveis e revelando as fraquezas internas de uma região, tais resultados atestam, sim, o profundo processo de perda de dinamismo econômico, resultante das dificuldades de inserção nos ciclos de expansão da economia brasileira como um todo. O que passa a ser mais grave.

Procura-se no espírito do questionamento do Plano de Reestruturação da Metade Sul desenvolver reflexões sobre o futuro e a inserção da produção familiar existente nesta parte do Estado e que deve ser considerada não como um problema regional, mas ser olhada como possibilidade de mudança. Na verdade sua presença contraria as velhas e arraigadas idéias, existentes na cabeça de muitos, de

que nesta parte do Estado, indiscutivelmente, reina a grande propriedade, trata-se do domínio da sociedade do boi e do homem centauro dos pampas. Tentar reestruturá-la com esta concepção é não ter o devido entendimento das mudanças que se processaram e continuam ao longo de sua história e evolução e que, silenciosamente, tem alterado as estruturas fundiária, social e econômica. O entendimento destas relações estão previstas no Plano, como bem representa o organograma, a relação meio e sociedade. A presença desordenada de economias situada onde estão e serem carentes de capital ou de área ou, ainda, utilizando-se de velhas práticas predatórias fazem uso contínuo de um ambiente que não é outro senão o Ecossistema Pampeano. Isto não seria grave se não se tratasse de um ecossistema que na sua constituição é marcado por um equilíbrio frágil e com alto grau de debilidade em seus elementos.

Nesta perspectiva de entendimento do que consideramos como problemas maiores da Metade Sul, tem-se neste trabalho, dirigido para o estudo da presença da produção familiar e sua inserção nos mercados urbanos, olhares para alguns elementos considerados básicos nas análises de entendimento e que se traduzem nos recursos naturais, nos recursos sociais, na produção e nos mercados e, nas políticas de crescimento, desenvolvimento e de assistência.

Para concretizar uma diagnose mais detalhada e visível destes elementos se buscou contextualizar a investigação em uma parcela menor, mas que fosse significativa no conjunto maior, Metade Sul, de forma a testar o comportamento dos elementos selecionados no estudo do trabalho como significativos e responsáveis, grosso modo, pelo estado das coisas em geral. A escolha recaiu sobre o município de Alegrete por ocupar uma posição praticamente estratégica entre as mesorregiões, ser um dos mais antigos da Metade Sul e o maior município não só desta parte, mas do Estado gaúcho. Mapa - Metade Sul do Rio Grande do Sul destacando-se o município de Alegrete.



Mapa - Metade Sul do Rio Grande do Sul destacando-se o município de Alegrete. (Programa de desenv. integrado e sustentável da Mesor. Metade Sul, 2003 e FEE 2002).

Destaca-se que ao estudar a presença de cada um dos elementos considerados fundamentais como a degradação ambiental, a fragilidade dos solos e sua facilidade a desintegração e a escassa de cobertura vegetal; as distâncias inibidoras dos mercados e do escoamento da produção, as dificuldades de produção e sobrevivência, aumentadas pela presença de pequenos produtores familiares; e o contínuo aumento do número de áreas que tentam serem produtivas sobre pequenas parcelas de dimensão. Tudo isso se confronta de forma velada e silenciosa com as tradições e hábitos, digamos, “convencionais”, produzindo a verdadeira luta de contrários. Permite-se levantar, *a priori*, a tese de que a insistência das velhas estruturas em permanecerem refutam o “novo”, dificultando-lhe as ações e não sendo possível lhe impedir a instalação, impedir-lhe-ão o desenvolvimento.

No processo de abertura do mercado brasileiro e com a criação do MERCOSUL, espera-se que tanto as *meso* como a *micro* região tenha a oportunidade de conquistarem mercados e de se lançarem a “novas frentes” prevendo estratégias para a produção em esferas locais, regionais e internacionais. Não se deve esquecer que este é o momento em que a agricultura é chamada a desempenhar o importante papel de lançar o Brasil em novos mercados e conquistar novos canais de escoamento para sua produção, no qual o Rio Grande do Sul ocupa papel privilegiado, além, é claro, de ser centralizador da luta contra a fome e na busca da segurança alimentar.

Nestes tempos de globalização que se traduz no momento propício ao gerenciamento de projetos de desenvolvimento municipal e regional, baseado em tipos de agricultura diferenciados por aplicação de capital, por produção e por distintas classes de dimensão de área disponível aos processos agrários. Portanto, não se trata de delinear apenas uma proposta política para o setor rural, mas de valorizar e priorizar uma necessidade e por que não dizer, uma condição de sobrevivência para a economia de um vasto número de municípios gaúchos.

Por outro lado, acredita-se que só o desenvolvimento com distribuição de renda no setor rural seja capaz de viabilizar e sustentar o justo desenvolvimento integrado e complementar, envolvendo o setor urbano e o rural, para determinar o equilíbrio do comércio e dos serviços que se ajustam em busca da integração que deve ocorrer nas franjas de transição dos dois setores, chamada de rururbana, por ser aí que ocorrem as trocas de informação e de produção, com mais intensidade.

Deve-se, ainda, reconhecer que é nesta atividade, agricultura familiar, que se encontra o maior reservatório de empregos e de auto-emprego, pelo menos, nos países com reservas de terras agricultáveis e com a chance histórica de superar a pobreza, o desemprego e a exclusão social, através da expansão de um processo de agricultura familiar moderna.

Em decorrência do objetivo geral que determinou a execução deste trabalho que trata das *Reflexões sobre a produção familiar e sua inserção nos mercados consumidores urbanos da Metade Sul: contextualizando o município de Alegrete*, procura-se identificar as possibilidades e os entraves para promover as relações rururbanas no maior e bem posicionado município da Metade Sul, Alegrete, optando por uma análise sistêmica para conhecer e realizar as reflexões necessárias.

Para a análise do sistema denominado por suas relações de produção e de reprodução no ambiente do “território da sociedade do boi”¹, assim denominado este espaço por Raymond Pebayle (1975) *apud* Alves (2004) - quando de seus estudos pelo Rio Grande do Sul, daquela época, ao reconhecer a presença de duas sociedades distintas - foram eleitos como objetivos específicos a investigação a partir dos subsistemas os recursos naturais enfatizando os solos; a sociedade enquanto recurso tecnológico e produtivo, as formas de produção e a superestrutura do poder determinado pelas políticas de crescimento e desenvolvimento.

O estudo se propôs a tratar os subsistemas de referência a partir da caracterização da Metade Sul do Estado como um território especial, trabalhando suas características socioespaciais, como um primeiro momento de aprofundamento bibliográfico e empírico. No aprofundamento das análises dos dados foram buscadas as informações que tratam dos processos de transformação da estrutura fundiária da Metade Sul priorizando a investigação da categoria agricultura familiar e as políticas de apoio utilizando-se de uma descrição histórica sobre a origem e formação das entidades citadas e sua inserção no quadro regional mais amplo ligado às políticas públicas oficiais e aos movimentos sociais, o que possibilitou a conhecer as origens e formação *da Agricultura Familiar*.

Neste quadro de análises se avançou na direção do conhecimento do município selecionado, procurando determinar a contextualização socioeconômica de Alegrete, através de estudos específicos sobre a sua estrutura fundiária, sua organização socioespacial destacando-se a produção rural e a distribuição das atividades no meio rural, considerando-se as condições de meio ambiente.

Cumprida estas etapas de entendimento, e antes de desenvolver abordagem sistêmica analítica das categorias selecionadas no estudo proposto, constitui-se um capítulo para conceituar e definir o que se considera como relações rururbanas, o abastecimento dos mercados urbanos e todo o envolvimento que determina as relações de produção, circulação e consumo entre o setor rural e o setor urbano, pois as modificações que estão ocorrendo nas zonas rurais afetam significativamente a população que vive nas zonas urbanas tomando-se como exemplo o que ocorre em nível teórico e prático, no município de Alegrete.

Na abordagem e desenvolvimento metodológico se fez a aplicação do procedimento sistêmico em nível de subsistemas analisando a produção familiar de Alegrete e sua inserção nos mercados consumidores urbanos, através de um diagnóstico reflexivo, onde se procura estabelecer as relações mútuas, mas antagônicas entre o subsistema recurso natural e a sociedade e sua formação histórico cultural. Não se perdeu de vista as práticas produtivas dos agricultores e buscando seu contraponto a um possível modelo de desenvolvimento convencional, que tem como base atividades agropecuárias. Neste sentido, as práticas alternativas podem ser caracterizadas como aquelas pautadas em princípios como a cooperação agrícola o associativismo alternativo, as práticas agroecológicas, a auto-gestão dos grupos e ou famílias e a até mesmo de uma “socioeconomia solidária” enquanto princípio que norteia as práticas produtivas, de industrialização e de comercialização. Como exemplo,

¹ - entendendo por *Sociedade do Boi* a formação social constituída na região da Campanha Gaúcha com atividade rural pecuarista extensiva desenvolvida em grandes propriedades, onde a produção agrícola não vai além da subsistência e de um pouco excedente comercializado.

pode-se citar, principalmente, a produção de hortifrutigranjeiros e os diversos produtos transformados pelas agroindústrias familiares.

Na diagnose das formas de produção e da produção de consumo e de mercados consumidores do urbano procurou-se, através das informações a respeito do comportamento da agricultura familiar em áreas culturalmente determinadas do território da *Sociedade do Boi*. A presença, nestas áreas, de uma agricultura de pequeno porte e dedicada a produção “in-natura” e a transformação de seus produtos demandados pelos consumidores constituem-se em algo novo. Essa nova realidade regional se encontra em acelerado processo de difusão, faltando apenas ser reconhecida por aqueles que tem o poder da tomada de decisão e que a administram.

A diagnose sobre as ações do poder local e suas políticas de crescimento e de desenvolvimento, procura pela ocorrência de uma concepção comum acerca do modelo de *desenvolvimento alternativo* em construção no município de Alegrete que poderão ser válidos para toda a Metade Sul.

Nas considerações finais e sugestões, se realiza as discussões e são tecidas as considerações no sentido de que o diagnóstico produzido pode lançar luzes a reflexão da “presença do novo” e alertar para a falta de reconhecimento da realidade presente e, decorrente disso, de oportunidades a serem dadas ao município de Alegrete e, por expansão a todo o espaço que constitui o Território da Metade Sul constituído por suas mesorregiões geográficas.

A temática estudada neste trabalho permite uma reflexão em dois sentidos podendo ser determinado pela importância única da agricultura familiar no conjunto da formação de mercados e do abastecimento urbano promotor do crescimento no setor rururbano. O outro sentido vai à direção da integração da Metade Sul, como parcela do território Sul-rio-grandense no processo global de desenvolvimento do Estado e se traduz por contingência, cada vez mais presente na, então, instituição do Mercado Comum do Sul, MERCOSUL.

A presença, de uma agricultura de pequeno porte e dedicada a produção “in-natura” e a uma insipiente transformação de seus produtos demandados pelos consumidores constitui-se em algo novo. Essa nova realidade regional se encontra em acelerado processo de difusão, faltando apenas ser reconhecida por aqueles que decidem e a administram. O diagnóstico produzido traz à luz a reflexão sobre a “presença do novo” e alerta para a falta de reconhecimento da realidade presente e, decorrente disso, de oportunidades a serem dadas ao território em mudança.

Em realidade, a economia desta imensa área conhecida como Metade Sul tendo seu meio o município de Alegrete. Rio Grande do Sul como do Brasil, em seu todo, precisa dar o *salto de qualidade* para ingressar no novo mercado, participando em condições de competição concorrencial com produtos de boa qualidade, obtidos a baixo custo e sustentáveis em suas áreas de produção.

Na atualidade, o desafio que qualquer desenvolvimento sustentável enfrenta, principalmente se tratando de unidades administrativas municipais, reside na capacidade de desenvolver mecanismos capazes de incorporar novos segmentos produtivos as suas economias de produção e de reprodução socioespaciais. Nesse caso a produção agrícola e/ou pecuarista se determina como a primeira forma de produção e de reprodução entre as atividades humanas, constituída pela grande, média e pequena propriedade segundo sua dimensão de área e sistema de produção.

Nesta reflexão destaca-se a agricultura familiar por se apresentar com as melhores condições de atender ao conjunto da economia regional com o objetivo de ofertar, nos mercados maior quantidade, variedade e qualidade de mercadorias a preços competitivos. Portanto, o ingresso de qualidade garante às populações rurais as condições de promover seu crescimento sustentável e colaborar no desenvolvimento das unidades administrativas públicas municipais, considerando-se que muitas delas se encontram em estado e estagnação ou de baixo grau de dinamismo econômico como é o caso do município de Alegrete, devido à desaceleração ou pouca aceleração de suas relações produtivas.

A promoção da agricultura familiar de pequena produção, no Município, tende a gerar trabalho e renda, dinamizar as políticas públicas e aumentar as possibilidades de construção de um novo modelo de desenvolvimento auto-suficiente, formando e tornando os trabalhadores rurais verdadeiros “sujeitos” do exercício da cidadania e da inclusão social. Isto também pode ser aplicado aos demais municípios da Metade Sul.

A comercialização direta do produtor rural com o consumidor da economia popular não apenas fortalecem como torna solidárias as relações de produção e de alimentação, passando pela circulação e atendendo a um consumo justo, ético e solidário, favorecendo a inclusão do trabalho na agricultura familiar, que também pode e deve ser agroecologia, cooperativa porquanto serve a cultura, a família rural e a cidadania, de sua população que se dispersa pelo território municipal.

O recente desenvolvimento determinado por tímidos grupos de produtores no âmbito da comercialização agrícola, especialmente, devido à ausência de sistemas organizados de comercialização da produção de abastecimento direto e imediato nos mercados urbanos, sendo que no município de Alegrete tal situação está em processo de consolidação. Tais características são comuns em sedes municípios de unidades administrativas da Metade Sul, devido à predominância de sistemas de produção da grande propriedade e voltados para os mercados centrais de densas áreas populacionais.

Analisando-se os fatores atuantes no município de Alegrete e que implicam na tomada de decisão dos produtores em relação aos mercados, afetando suas relações, tem-se:

- a localização da produção - o produtor que ocupa terras mais próximas ao mercado tem vantagem sobre os produtores mais distantes, pois os custos do transporte de seu produto são menos elevados. A conveniência dessa terra perto do mercado significará que seu preço de venda aumentará e o produtor deverá compensar o seu preço elevando-o por meio de uma produção também elevada, o uso da terra, nesse caso aumentará em intensidade. Isto ocorre com os produtores hortigranjeiros de Alegrete. Esta relação de custo - benefício de produção é visível entre este tipo de produção que está localizada próxima da área de consumo.
- a decisão de aumentar os insumos e de intensificar seu cultivo está ligada a oportunidade de acesso fácil e barato ao mercado do produtor. O mercado para o produto agrícola que aplica capital e se utiliza insumos adicionais quanto mais próximo estiver do ponto de mercado, melhor estará.

Após análise dos dados referentes ao município de Alegrete, pode ser citado como obstáculos da produção de agricultura familiar, as necessidades de controles físicos (temperatura, umidade, relevo, qualidade do solo) que na prática eliminam sua produção por falta de força de trabalho disponível.

Uma grande parte da superfície de terra se restringe severamente a possível produção de uma grande quantidade de área disponível as atividades de criação.

Todavia, mesmo frente a áreas em que o solo favorece a atividade agricultura, existe outra barreira definida pela permanência e ao aumento da produção, trata-se de fatores institucionais que barram o aumento da produção, como a ignorância ou preconceito das populações, a lei da propriedade tal como se reflete no padrão da posse de terras, a falta de organização, seja da produção ou dos agricultores, seja no *marketing* dos mesmos ou na falta de capital de giro disponível.

A ocorrência de uma atividade de horticultura praticada pela agricultura familiar com base na parceria, como vem ocorrendo, caracteriza, apesar de sua insipiência o atual estágio de mercado local modernizado no âmbito do sistema capitalista produtivista. Isto se deve as ações de abastecimento alimentar desenvolvidas por entidades públicas que procuram atender aos mercados e, ao mesmo tempo, organizar a produção da pequena unidade familiar, conferindo-lhe destaque aos aspectos relacionados com o acesso aos mercados de oferta de alimentos cuja qualidade está sendo cada vez mais apurada, pelos diversos segmentos da administração municipal e da própria população.

Promover a produção agroalimentar significa apoiar aquela que ainda é a mais importante fonte de alimentos da maioria das unidades familiares rurais, ao que se deve acrescentar dois complementos. Primeiro, a ênfase na produção mercantil de alimentos não implica desconsiderar a importância de assegurar as condições para a produção destinada ao autoconsumo, que é um componente inerente à reprodução das famílias situadas em terras desprezadas pela agricultura e, portanto, da sua segurança alimentar. A promoção da segurança alimentar das famílias no meio rural de Alegrete também pode ser obtida pela exploração de produtos não alimentares, do desenvolvimento de atividades rurais não-agrícolas, do emprego na zona urbana e da extensão de direitos sociais, todos com o objetivo de assegurar trabalho e renda às famílias rurais.

Procurando contribuir no desenvolvimento da qualidade alimentar destaca-se a falta de financiamento e incentivo ao setor agropecuário familiar no que tange a criação de uma ampla política de investimento público, referente ao:

- crédito rural suficiente para instrumentalizar os programas agropecuários das políticas agrícolas municipais e regionais, uma vez que as fontes como PRONAF, são insuficientes para uma política de amplo desenvolvimento do setor;
- para a pequena propriedade rural, o crédito deve ser diferenciado e pago em produto;
- criação de fundos municipais, com finalidade de estimular e instrumentalizar as políticas agrícolas;
- elaboração de um projeto de desenvolvimento, com recursos de agentes financeiros;
- assegurar investimentos públicos para implementar os sistemas de produção e realizar a reconversão da matriz produtiva de algumas propriedades para introduzir novas tecnologias sustentáveis;
- estudar os sistemas de produção e o produto mais adequado a cada área do setor rural uma vez que os tipos de solo são bem variados e susceptíveis a erosão;
- cuidar para que o módulo fiscal mínimo, indivisível para cada sistema de produção não seja ultrapassado;
- criar programas de intensivo e de assistência técnica e extensão rural;

- pesquisar para melhor diversificar as culturas das pequenas propriedades familiares, procurando a adoção de uma atividade compatível com o tamanho de sua propriedade.
- promover programas de apoio ao associativismo;
- construir armazéns comunitários em regiões de pequenas propriedades facilitando o armazenamento da produção,
- desenvolver políticas para contatos de abertura de mercados de exportação de hortifrutigranjeiros agroecológicos.

Por outro lado deve-se acrescentar que as universidades devem assumir o seu papel e propor políticas de desenvolvimento local e regional.

Considerando, de modo geral que as políticas desenvolvidas no município de Alegrete são tímidas em relação as complexidade de necessidades que a agricultura familiar precisa, a hostilidade do meio ambiente no qual está locada, a fragilidade do mercado e sua falta de organização e determinação de canais de escoamento de sua produção, chama-se a atenção para a necessidade urgente de estabelecer uma política agrícola que favoreça de fato a agricultura familiar.

Associado a isto se chama a atenção para o aumento do valor agregado e a melhoria da qualidade dos produtos oriundos da agricultura familiar, acreditando ser estas formas de promover atividades econômicas em bases equitativas, ampliando a oferta de alimentos que expressam a diversidade de hábitos de consumo urbano e induzir a concorrência em mercados controlados por grandes corporações agroalimentares como é o caso da CAAL.

No que se refere especificamente ao apoio à produção oriunda da agricultura de base familiar, a experiência revela que há possibilidade de implementar ações públicas em âmbito local e regional em quase todos os aspectos que interferem na atividade produtiva (disponibilidade de alimentos) e na reprodução, em condições dignas.

Outras iniciativas válidas têm sido as de apoio à comercialização por parte dos governos de prefeituras através, por exemplo, da intermediação de contatos com empresas compradoras interessadas em produtos regionais, vindos da pequena produção ou de produção (limpa), ou então do oferecimento de espaços nos equipamentos de abastecimento já tradicionais das cidades (feiras e varejões). É necessário citar que, para viabilizar essas iniciativas de apoio à comercialização, é fundamental associá-las a um sistema de crédito direcionado à agricultura familiar.

Nesse caso deverá se lançar mão do redirecionamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, para que atinja, efetivamente, os agricultores familiares que não têm recursos próprios para aumentar sua renda.

Por fim, uma outra iniciativa local de apoio à produção agrícola é o incentivo à agricultura urbana, com o estímulo a várias iniciativas de alçada municipal podem fomentar esta atividade: estimular programas como “Feira do Produtor” e sistemas de entrega no domicílio de produtos frescos.

Em todo o processo de elaboração da matéria-prima de origem agrícola são acrescentados distintos graus de tecnologia ao processo de transformação (agroindústria) para formar a mercadoria que entrará em circulação nos mercados.

Deste modo, a preocupação com a qualidade ambiental vem crescendo entre a população consumidora de produtos in-natura e transformados do/no setor rural, bem como o conhecimento

detalhado da origem dos elementos físicos dos sistemas produtivos. Eles têm sido requeridos por parte dos consumidores. Isto provoca a indignação de um investimento significativo em pesquisa sobre o sistema produtivo e do mercado consumidor procurando-se adequá-los, a partir do desenvolvimento de novos métodos e tecnologias de avaliação das características e das reações dos consumidores aos produtos ofertados. Assim, a presença da agroindústria rural se constitui, geralmente, a partir de duas motivações mais comuns:

- a primeira motivação, a mais freqüente delas, trata do aproveitamento de excedentes que o produtor não consegue colocar no mercado, seja, por não atender aos padrões de comercialização ou por problemas de qualidade, aos quais o produtor imagina poder dar destino econômico.
- a segunda motivação ocorre quando as conjunturas de preço são desfavoráveis para sua produção agrícola, necessitando o produtor de alternativas, as quais são buscadas na transformação, pois é ela que lhe permite agregar valor a seu produto.

A necessidade do associativismo ou do cooperativismo, ou de outras formas de relações de trabalho coletivo assimilado a partir do desenvolvimento de políticas de apoio à produção agrícola, objetivando a garantia da melhoria das condições de produção e de comercialização em uma economia popular e solidária, podem ser capazes de gerar um desenvolvimento mais justo. No entanto o debate atual sobre a questão agrária remete a outras realidades e discussões teóricas que questionam os paradigmas clássicos o um modelo de desenvolvimento baseado fundamentalmente no crescimento econômico. A agricultura familiar, sua reprodução social e viabilidade econômica têm possibilidades a partir de práticas alternativas contrapor-se a um modelo de desenvolvimento convencional.

Por fim na discussão sobre um novo modelo de desenvolvimento na Metade Sul, na sua região Fronteira oeste e sul e mais precisamente no município de Alegrete têm sido fruto, de discussões realizadas entre diferentes agentes sociais não-governamentais e governamentais que através de projetos específicos e políticas públicas têm buscado alternativas de viabilizar os agricultores familiares junto ao mercado urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS. **Seminário desafios para o desenvolvimento da área sul do Estado do RS: relatório das proposições da sociedade.** RS: Assembléia, 1992.

ATLAS de arenização: sudoeste do Rio Grande do Sul. SUETEGARAY, D. M; GUASSELLI, L.A.; VERDUM, R. Porto Alegre: SCP, 2001.

ATLAS socioeconômico: Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria da Coordenação e Planejamento. Porto Alegre: SCP, 2002.

BAGLI, P. **Campo e Cidade: a construção de mitos.** ANAIS Goiânia: VI Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2004

BRASIL. Projeto Fome Zero: **Uma proposta de segurança alimentar para o Brasil.** Outubro/2001. CD-ROM.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja.** Ijuí: Vozes, 1988.

BUSATO, D. **Evolução econômica do município de Alegrete.** Alegrete: Metrópole, 1981.

- CONTERATO, M. A.; MIORIN, V. M. F. **A sustentabilidade ambiental e agroecológica em municípios de agricultura familiar na bacia hidrográfica do Rio Ibicuí**. Relatório de Pesquisa FAPERGS, 2001.
- COSTA, S. F. **Produção coletiva: Alternativa viável para a pequena propriedade rural**. Monografia. Alegrete: URCAMP, 1996.
- COSTA, R. H. **RS: Latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- ESCOBAR, D.; THOMAS, J. L. **A pequena propriedade rural**. Monografia curso de Economia. Alegrete: Fundação Educacional de Alegrete, 1990.
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO. Plano de reestruturação econômica para a Metade Sul do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ENGEVIX, 1997.
- FERREIRA, D. A. O. **Mundo rural e geografia. Geografia agrária no Brasil: 1930-1990**. São Paulo: UNESP, 2002.
- FILHO, L. A. O Município de Alegrete, 1908. Reed. Porto Alegre: CORAG, 1985.
- FONSECA, V.P.S. **A hegemonia do latifúndio pastoril e sua relação com a pequena propriedade na fronteira Oeste do Rio Grande do Sul – A Contradição do camponês fronteiriço e a sua concepção de mundo estancieira**. Dissertação de Mestrado. Santa Maria: UFSM, 1994.
- Fundação de Economia e Estatística, FEE. **A agricultura do Rio grande do Sul (25 Anos de Economia Gaúcha, 3)**. 2ª ed. Porto Alegre, 1982.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: mar. 2005.
- HEIDRICH, A. L. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: Ed.: Universidade/UFRGS, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> . Acesso em: Jan. 2005.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Disponível em <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: Mar. 2005.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRETE. **Plano Ambiental do município de Alegrete**. Alegrete, 2000.
- RODRIGUES, F. J. D. **Agropecuária de Alegrete sugestão para desenvolvimento**. Monografia, Alegrete: Fundação Educacional de Alegrete, 1996.
- SANTOS, M. **Espaço e Método**. 3. Ed. São Paulo: Nobel, 1992.
- SCHNEIDER, F. M.; LÜBECK, E. (Org.). **Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Metade Sul**. Santa Maria: Pallotti, 2003.
- SEBRAE. **Relatório do diagnóstico estratégico para o desenvolvimento municipal de Alegrete**. Alegrete, 1998.
- SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Macrozoneamento agroecológico e econômico do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1994.